



RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90004/2025

Item 04 – Fragmentadoras de Papel

UASG: 929944 – Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste/MS

I – RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao edital apresentada pela empresa 317 IMPORTS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, na qual se questiona o Item 04 – Fragmentadora de Papel, sob a alegação de que as especificações constantes do instrumento convocatório implicariam restrição à competitividade, direcionamento para modelo específico, incompatibilidade entre o valor estimado e as características técnicas exigidas, suposta impropriedade da indicação de capacidade de “300 folhas”, tida como enganosa, bem como a adoção de solução considerada antieconômica pela impugnante.

II – DA REGULARIDADE DO DESCRITIVO TÉCNICO (AUSÊNCIA DE DIRECIONAMENTO)

O Termo de Referência descreve o objeto de forma objetiva, por meio de especificações técnicas e funcionais estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, sem qualquer menção a marca, modelo, fabricante ou procedência, em estrita observância ao disposto no art. 41, inciso I, d, da Lei nº 14.133/2021, o qual veda a indicação de marca, salvo quando tecnicamente justificada, hipótese que não se verifica no caso concreto ou quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência.

O descritivo constante do edital não emprega nomenclatura comercial específica, tampouco impõe exigência de tecnologia exclusiva ou diferenciada capaz de restringir o universo de fornecedores, limitando-se a estabelecer parâmetros mínimos de desempenho, segurança e funcionalidade.

As características exigidas tais como nível de segurança P-4, capacidade de alimentação automática, presença de sensores de segurança, lixeira com grande capacidade e aptidão para funcionamento contínuo revelam-se compatíveis com a necessidade administrativa identificada, constituindo requisitos funcionais adequados e proporcionais, que não conduzem à individualização de produto ou fornecedor determinado.



A alegação de que apenas um fabricante atenderia às exigências não foi comprovada, limitando-se a argumentação subjetiva da impugnante, o que não caracteriza direcionamento.

III – DA LEGALIDADE DA CAPACIDADE AUTOMÁTICA DE 300 FOLHAS

A impugnante sustenta que a referência à capacidade de “300 folhas” induziria os licitantes a erro, ao supostamente confundir a capacidade de alimentação do equipamento com a capacidade de fragmentação simultânea.

Tal argumentação, contudo, não merece prosperar, o descritivo constante do Termo de Referência revela-se tecnicamente preciso e adequado, uma vez que diferencia de forma expressa e inequívoca os modos de operação do equipamento, estabelecendo a capacidade de fragmentação manual de até 12 folhas e a capacidade de alimentação automática de até 300 folhas. Tal especificação encontra respaldo em padrão técnico amplamente adotado pelo mercado fornecedor desse tipo de equipamento, inexistindo qualquer ambiguidade, omissão ou potencial indução ao erro.

Em nenhum momento a Administração afirmou que a fragmentação ocorreria de forma simultânea para a totalidade das folhas indicadas, mas tão somente que o equipamento dispõe de sistema de alimentação automática, funcionalidade esta que atende à necessidade administrativa de redução da intervenção humana, incremento da segurança operacional e otimização das rotinas internas.

Ressalte-se, por fim, que a definição das características funcionais do objeto insere-se no âmbito do mérito administrativo, o qual é resguardado pelo art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021, que confere à Administração a prerrogativa de eleger a solução mais adequada ao atendimento do interesse público.

IV – DA CORREÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS E DA MÉDIA ESTIMADA

A impugnante sustenta a suposta incompatibilidade do valor estimado com os preços de mercado, valendo-se, para tanto, exclusivamente de valores extraídos de plataformas de comércio eletrônico varejista, argumento que não encontra amparo jurídico.

A pesquisa de preços foi conduzida em estrita observância ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o qual autoriza a utilização de múltiplas fontes idôneas para a estimativa do valor da contratação, incluindo, entre outras, contratações similares realizadas pela



Administração Pública, dados constantes de sistemas oficiais e pesquisa direta junto a fornecedores do ramo.

O valor estimado de R\$ 3.997,50 decorre de média aritmética apurada a partir de fontes válidas e juridicamente admitidas, refletindo preço compatível com a realidade de um ambiente competitivo de contratação pública, não se confundindo com valores pontuais praticados no varejo eletrônico, os quais, por sua natureza e condições comerciais específicas, não vinculam a Administração.

Ressalte-se, ademais, que a eventual incapacidade de determinado fornecedor em ofertar o objeto pelo valor estimado não tem o condão de infirmar a regularidade da pesquisa de preços realizada, tampouco de caracterizar sobrepreço ou direcionamento, por se tratar de circunstância individual que não compromete a adequação do parâmetro adotado pela Administração.

V – DA INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COMPETITIVIDADE

A impugnante alega que a exigência de alimentação automática do equipamento seria supérflua, argumento que não merece acolhimento. A Administração Pública não se encontra vinculada à adoção da solução mais simples ou de menor custo, mas sim daquela que se revele mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada, em consonância com o art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que consagra o princípio do planejamento como diretriz fundamental das contratações públicas.

A exigência de alimentação automática mostra-se tecnicamente justificada, na medida em que contribui para a redução do manuseio manual de documentos sensíveis, incrementa a segurança do operador, promove maior eficiência administrativa e se revela compatível com a rotina de descarte contínuo de documentos, atendendo de forma mais eficaz ao interesse público.

Nesse contexto, a mera discordância do particular quanto à conveniência ou oportunidade da solução adotada pela Administração não configura ilegalidade, tampouco autoriza a alteração ou revisão das disposições do edital, por se tratar de matéria inserida no âmbito do mérito administrativo.

VI – DA IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DO OBJETO POR MODELOS “SUGERIDOS”



As sugestões de substituição apresentadas pela impugnante configuram indevida tentativa de interferência no mérito administrativo, o que é juridicamente vedado à luz da Lei nº 14.133/2021.

Nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021, a atuação administrativa deve observar, dentre outros, os princípios da legalidade, do planejamento e da eficiência, cabendo à Administração definir, de forma motivada, a solução que melhor atenda ao interesse público.

O controle exercido por particulares e órgãos de fiscalização limita-se à verificação da legalidade do procedimento, não se estendendo à substituição do juízo de conveniência e oportunidade do gestor, inerente ao mérito administrativo.

O art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 reforça tal compreensão ao estabelecer o planejamento como diretriz fundamental das contratações públicas, conferindo à Administração a prerrogativa de identificar a necessidade, definir o objeto e estabelecer as características técnicas compatíveis com a finalidade pretendida. Ademais, o art. 18 da referida lei exige que o objeto seja descrito de forma suficiente e adequada à necessidade administrativa, sem impor a adoção de alternativas sugeridas por particulares.

Dessa forma, inexistindo ilegalidade, direcionamento ou restrição indevida à competitividade, não se pode compelir a Administração a adotar o modelo ou a solução que o particular entende mais vantajosa, sendo suficiente que o objeto licitado seja lícito, tecnicamente justificado e compatível com o interesse público, requisitos plenamente atendidos no caso concreto.

VII –DECISÃO

Diante de todo o exposto, conclui-se que o descritivo técnico constante do edital é claro, objetivo e destituído de direcionamento; que a indicação da capacidade automática de 300 folhas encontra-se corretamente especificada; que a pesquisa de preços foi realizada em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021; que o valor estimado revela-se compatível com os preços praticados no âmbito das contratações públicas; que inexistente qualquer restrição indevida à competitividade; e que não se verifica vício capaz de macular a legalidade do certame.



Assim, **INDEFIRO** a impugnação apresentada, mantendo-se integralmente as condições estabelecidas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 90004/2025**, com o regular prosseguimento do certame.

Rodrigo Aquino Rebello

Pregoeiro